

OS REVESTIMENTOS E OS ACABAMENTOS DO CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA

UM CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO

*Francisco P. S. C. Gil
e Lídia Catarino (Coords.)*



OS REVESTIMENTOS E OS ACABAMENTOS DO CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA

AUTORES

Francisco Paulo de Sá Campos Gil e Lídia Maria Gil Catarino (coordenadores)

António Manuel dos Santos Silva, Francisco Miguel Pereira Brardo Ferreira, Joana Catarina Redondo Abrantes, Jorge Luís Almeida Santos, José António Raimundo Mendes da Silva, José Manuel Aguiar Portela da Costa, Luís Carlos Gonçalves Namorado Freire, Martha Lins Tavares, Paulo Jorge Marques Peixoto, Paulo Torrão Fiadeiro, Pedro Francisco Mendes Pinheiro da Providência e Costa, Rosário da Silva Veiga, Tiago Manuel Soares Duarte

Projeto PTDC/AUR-URB/113635 - FCOMP-01-0124-FEDER-014163.

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.º 76, 78 e 79

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

PRÉ-IMPRESSÃO

João Félix – Artes Gráficas

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-153 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Outubro, 2017

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
OS REVESTIMENTOS E OS ACABAMENTOS DO CENTRO
HISTÓRICO DE COIMBRA

Os revestimentos e os acabamentos do Centro Histórico
de Coimbra: um contributo para o seu estudo/coord.

Francisco P. S. C. Gil, Lídia Catarino. – (CES)

ISBN 978-972-40-7105-3

I - GIL, Francisco Campos

II - CATARINO, Lídia, 1963-

CDU 72

ÍNDICE

PREÂMBULO. O PROJECTO	9
1. Objectivos do Projecto	9
2. Breve descrição das actividades desenvolvidas durante a execução do projecto	11
CAPÍTULO 1. PRECEDENTES, PARCERIAS E RELEVÂNCIA PÚBLICA	15
1.1. A teia da cidade e da reabilitação urbana	15
1.2. Reabilitação do edificado versus sustentabilidade	16
1.3. Antecedentes do projecto – abordagem geral	19
1.4. Entidades e projectos públicos envolvidos	21
1.5. Referências	23
CAPÍTULO 2. DINÂMICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DA COR NO CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA	25
2.1. Introdução	25
2.2. Contextualização breve de processos cromáticos urbanos	26
2.3. De que cor é o <i>branco</i> no Centro Histórico de Coimbra	31
2.4. A propagação recente da cor na zona histórica de Coimbra	37
2.5. Considerações finais	45
2.6. Referências	45
CAPÍTULO 3. ESTUDO LABORATORIAL DOS REVESTIMENTOS DO CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA	49
3.1. Análise colorimétrica	49
3.2. Localização dos edifícios e recolha das amostras	54
3.3. Análise de materiais	63
3.3.1. Agregados	64
3.3.2. Ligante	69
3.4. Conclusão	70
3.5. Referências	72

CAPÍTULO 4. ESTUDO COLORIMÉTRICO DOS REVESTIMENTOS	
DO CHC	75
4.1. Técnicas experimentais	75
4.2. Identificação dos pigmentos existentes no CHC	76
4.3. Análise de pigmentos comerciais	87
4.4. Conclusões	90
CAPÍTULO 5. RECONSTRUÇÃO DA COR DO CHC	93
5.1. Caso de estudo	95
5.2. Experimental	96
5.3. Resultados e Discussão	97
5.4. Substituição da cor	98
5.5. Compensação de efeitos atmosféricos	99
5.6. Substituição da textura	101
5.7. Conclusões	101
5.8. Referências	102
CAPÍTULO 6. EXECUÇÃO DE PROTÓTIPOS DOS	
REVESTIMENTOS DO CHC	107
6.1. Materiais utilizados	109
6.1.1. Agregados	110
6.1.2. Ligante	111
6.1.3. Pigmentos	114
6.2. Realização dos provetes	115
6.3. Caracterização climatológica da cidade	117
6.4. Adaptação das condições climáticas à câmara de envelhecimento	121
6.5. Resultados	128
6.6. Comentários finais	135
6.7. Referências	136
EPÍLOGO	139
LISTA DE TABELAS	143
LISTA DE FIGURAS	144
LISTA DE GRÁFICOS	147

CAPÍTULO 2 DINÂMICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DA COR NO CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA

P. PEIXOTO^{1,2}, P. PROVIDÊNCIA¹, J. ABRANTES¹, J. AGUIAR³

¹ CES-UC, ² Faculdade de Economia da UC, ³ CiAUD, Departamento de Projecto de Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, universidade de Lisboa

A cor é algo verdadeiramente crítico.
Descobri que os arquitetos não gostam de cores.
Os engenheiros também não.
Por isso, alguém tem que apadrinhar a cor.
Porque ela é o acabamento.
É a parte emocional de uma estrutura.

John Hench

2.1. Introdução

A cor é um factor civilizacional, revestindo-se, de um ponto de vista social, de um carácter transversal, dinâmico e complexo. No domínio da construção de edifícios, além das funções mais rudimentares e tradicionais, centradas na preservação dos imóveis, a cor vai-se assumindo, num longo processo histórico, como uma linguagem complexa e um instrumento de planeamento. A cor comunica, assumindo progressivamente usos sociais diversos. É uma variável incontornável da formatação dos ambientes construídos e da disciplinação de comportamentos. Além disso, a cor organiza e hierarquiza o espaço, pelo menos visualmente. Enquanto elemento fundamental da identidade cultural local, a cor reflecte processos de desigualdades económicas, de distinção e de imitação social, de efeitos de moda e de gosto, de circulação de modelos culturais e estéticos e de mecanismos de legitimação profissional e política. Na sua dimensão civilizacional e atendendo à transversalidade dos sectores em que assume relevância, a cor, como salientava o ensaísta inglês Joseph Addison, faz parte daquelas coisas que falam todas as línguas (Addison, 1721, 502).

A evolução da zona histórica de Coimbra, parte dela reconhecida, em 2013, pela Unesco, como património mundial, exemplifica o valor social da

cor e a sua conversão em linguagem complexa e heterogénea. Os processos de industrialização, nos ritmos e nas intensidades que conheceram em diversos locais, democratizando o acesso à cor, e antecedendo processos de natureza patrimonial imbuídos de uma intencionalidade cromática, assumem uma relevância particular à escala global. Na verdade, esses processos não só permitiram que a cor se libertasse da dependência dos materiais localmente disponíveis como facilitaram os fenómenos de imitação social, bem como a circulação de modelos globalizados. Recentemente, as cores sintéticas vieram acentuar essa tendência, fomentando ainda mais os fenómenos de globalização, quer no domínio da disponibilidade de tintas, quer da divulgação de paletes cromáticas. Os efeitos de modelação vão-se sucedendo aqui e ali, traduzindo-se, por um lado, na disseminação de programas formatados de intervenção e, por outro lado, em efeitos de escalada e de exacerbação cromática. Em concreto, a cor vai ganhando relevância, em geral, no contexto das operações de reabilitação e de requalificação urbanas e, em particular, no âmbito dos processos de patrimonialização. O caso sobre o qual nos debruçamos participa inequivocamente nestes processos.

Neste texto argumentamos que a cor é, cada vez mais, um instrumento dos processos de patrimonialização e uma ferramenta das acções de planeamento urbano. Para enquadrar esse argumento, começamos por fazer uma breve e sintética contextualização de alguns processos cromáticos urbanos. Contextualizamos e caracterizamos a transformação geral, com um enfoque particular nas últimas décadas, do centro histórico de Coimbra. Por fim centramo-nos especificamente na análise das transformações cromáticas ocorridas no centro histórico de Coimbra, procurando demonstrar que a cor se assume como uma das bandeiras políticas de um projecto mais amplo de reabilitação e de requalificação urbanas.

2.2. Contextualização breve de processos cromáticos urbanos

Uma breve contextualização de algumas dinâmicas cromáticas urbanas é suficiente para demonstrar que a cor se converteu num instrumento dos processos de patrimonialização e numa ferramenta das acções de planeamento urbano.

A sobriedade do urbanismo de Haussmann não abria lugar à cacofonia arquitectónica ou cromática. Tudo deveria ser geométrico. A cor, sempre usada com muita parcimónia para não perturbar a leitura do espaço, deveria limitar-se ao primeiro piso dos edifícios. Ainda que, ontem como hoje, muitos critiquem o reducionismo das cores doces do urbanista de Napoleão,

a verdade é que foi essa escolha que contribuiu para as tonalidades predominantes da capital francesa. Paris, ainda que à noite ganhe tonalidades diferentes, é uma moldura onde, ainda hoje, dominam o branco da pedra dos edifícios e o cinzento dos telhados zincados. Sazonalmente, o verde pontual das entradas do metro torna-se, no Verão, com as cores das copas das árvores, a segunda cor predominante, a seguir ao branco (Desmier, 2002).

Em oposição à parcimónia cromática do ministro de Napoleão, o artista (pintor) albanês Edi Rama – ex-ministro da cultura e posteriormente primeiro-ministro – recorreu à policromia, quando ocupou o cargo de Presidente da Câmara de Tirana (2000 a 2011), de modo a criar uma geometria cromática que levasse os habitantes da cidade a interessarem-se por um espaço público abandonado. Essa opção política, que levou muitos a designar Tirana como “a cidade mais feia do mundo”, e outros a encontrar nela um factor crucial de ligação entre os vários elementos de uma paisagem urbana desordenada, catapultou a capital da Albânia para um lugar central das análises relativas aos usos da cor nas políticas de gestão urbana (Perrot, 2010). Essa mesma opção revela, por outro lado, que a cor, enquanto elemento de intervenção paisagística e arquitectónica, suscita reacções antagónicas. O rosa choque, o amarelo, o verde e o violeta que invadiram Tirana pela mão de Edi Rama não são apenas mudanças cosméticas. Fazem também parte de uma logística que funciona como marcador social, político, histórico e cultural.

Ao longo da história das cidades, por razões muito diversas, desde a influência das tradições e de materiais locais até escolhas políticas em versões mais ou menos extremadas, passando pelos determinismos e ciclos da natureza, a cor predominante das cidades vai-se alterando. Nuns casos lentamente. Noutros casos repentinamente. Por vezes pontualmente, limitando-se a edifícios mais emblemáticos. Não raras vezes de forma abrangente, afirmando-se como um padrão local. Em Paris, a Torre Eiffel, o principal ícone da cidade-luz, que vê o cinzento da sua estrutura em aço ser sucessiva e temporariamente substituído por cores flamejantes de manifestação nocturna, tinha originalmente, mesmo antes de ter adquirido a sua plasticidade cromática por via do *light design*¹, tons avermelhados, embora

¹ O *light design* evidencia o carácter efémero e mutante da cor, retirando as urbes, paisagens e edifícios do lado escuro da noite. Ao mesmo tempo, realça a importância da luz na definição da cor predominante das cidades, factor que sendo relevante e incontornável tende a ser negligenciado quer nos planos, quer nas análises cromáticas.

menos berrantes que aqueles que assumiu em Janeiro de 2004 para celebrar o ano da China.

Se este exemplo nos revela que até a cor dos elementos que julgamos mais inalteráveis se vai modificando, ele assinala outro facto mais marcante dos nossos dias; designadamente, o carácter efémero da cor. Este carácter efémero resulta das inovações técnicas e tecnológicas que permitem escapar progressivamente aos determinismos cromáticos dos materiais locais. Mas resulta, também, da diversificação dos usos sociais e políticos da cor. Ainda assim, mais monocromáticas ou mais policromáticas, tendencialmente, as cidades propendem a ter cores predominantes. As fachadas e os elementos exteriores de cada edifício dos conjuntos urbanos participam desse processo de definição da cor predominante das cidades². Nesse âmbito, podemos dizer que cada época e cada local possui a sua cultura cromática. O vermelho da tijoleira das cidades tipicamente industriais (Campbell, 2004); Marrakech, a cidade vermelha que adquire uma tonalidade típica em função do uso histórico dos pigmentos locais; a cor granítica do Porto resultante do uso de materiais locais na construção; o branco das zonas urbanas antigas com que a ditadura portuguesa alisou e simbolizou o carácter simples e límpido de uma sociedade ordenada, são exemplos da consolidação da cor predominante das urbes.

Desde os efeitos de moda e de prestígio de determinados pigmentos até à instrumentalização da cor pelo poder político, a “regionalidade da cor” foi sendo progressivamente ameaçada (Aguiar, 2003). O processo de industrialização, democratizando o acesso à cor, não só deixou de fazer com que ela se libertasse da dependência dos materiais localmente disponíveis como facilitou (por via da disponibilização de opções e da redução de preços) os fenómenos de imitação social. A influência da geografia e da cultura locais na cor pode ter-se esbatido e ter sido elidida na epiderme dos edifícios mas não deixa de impor a sua marca e a sua presença (Lenclos, 1989). Porém, a tendência crescente para a heterogeneidade e a complexidade cromática é um fenómeno inequívoco dos nossos dias.

² Adoptamos aqui a perspectiva da cor predominante, sendo esta o resultado de dinâmicas sociais e políticas de natureza diversa (Lenclos, 1999). Não ignoramos contudo outras perspectivas, como, por exemplo, a da impermanência da cor, que remete para a variação das cores devido a factores como, por exemplo, a luz, as condições meteorológicas, a influência das estações, a orientação das fachadas dos edifícios, o envelhecimento dos materiais construtivos, etc. (Lenclos, 1982).

No século xx, o urbanismo funcionalista e os regulamentos urbanísticos fizeram, de certo modo, perdurar um efeito de “regionalidade da cor”. Já não tão marcado, é certo, pela tirania do uso incontornável dos materiais locais, mas pela imposição de normas técnicas e de regulamentação de padrões estéticos, que homogeneizaram a cor nesse processo de consolidação da cor predominante da cidade. Também é verdade, porém, que por força de iniciativas públicas ou privadas, da inovação arquitectónica e da revolução nos materiais de construção, passando pela concorrência crescente entre profissionais actuantes no campo, as décadas finais do século xx e as primeiras do século XXI assistem a uma revolução cromática.

Pode parecer estranho que processos de natureza política, como o que teve lugar em Calcutá (Índia), já no século XXI, venham propor o monocromatismo para toda uma cidade (de 14 milhões de habitantes). Designadamente a adopção da cor azul celeste em todos os edifícios, táxis e demais elementos paisagísticos (Ferreira, 2012). Descontando o facto de outras cidades na Índia serem conhecidas pelo vinco marcante de uma cor predominante, a verdade é que a assunção que os edifícios pintados são capazes de adquirir um valor emblemático e de gerar significados sociais, como se o visual garrido fosse a condição fundadora de novas sociabilidades e de sentimentos identitários, tem um interesse que se estende para lá dos objectivos dos programas cromáticos que, de uma forma mais ou menos sistematizada, vão invadindo as agendas locais. A ideia de que a paisagem urbana é crucial para gerar sentimentos de identificação norteia, em geral, os projectos de reabilitação e de requalificação urbanas, dando origem a modelos que são reproduzidos em série e que difundem valores de cidadania e de participação cívica (Peixoto, 2006). Boeri (Boeri, 2010, 459) salienta que, hoje como no passado, a cor é um elemento importante de reconhecimento, de sentimento de identificação, de legibilidade e de qualidade da cidade, destacando o poder da cor enquanto instrumento capaz de transformar e de influenciar a percepção e a experiência do espaço. Outros autores (Riley II, 1995; Gage, 1999; Xiaomin, 2009) salientam que a cor é um dos elementos fundamentais de percepção do espaço e da definição de ritmos – relevando, com esse argumento, a função psicológica da cor – que permite fomentar, posteriormente, a atribuição de valor simbólico e funcional aos edifícios e ao espaço. Neste âmbito, Cristina Boeri (Boeri, 2010) salienta que, através da impressão perceptual que fomenta, a cor é um factor determinante da hierarquia visual do espaço, conferindo, por exemplo, sentidos de continuidade e de descontinuidade. O valor social

da cor, no seu carácter multifacetado, tem legitimado o argumento que os planos cromáticos são instrumentos de planeamento cada vez mais importantes. Cristina Pinheiro (Pinheiro, 2008), reflectindo sobre a composição de ambientes adequados no plano cromático, destaca o uso excessivo da cor na criação de ambientes com “excesso de estímulos”. O que conduz a uma “abundância de ruído visual, grande variedade de formas, cores fortes em combinações estranhas, excessivo cromatismo, clima exuberante em espaços densos, contrastes acentuados de matiz e luminosidade”. Concluindo que essa opção pode “provocar efeitos bastante negativos, com consequências físicas, desequilíbrio emocional, excitação, fadiga, falta de concentração, etc.” É por isso que as ciências comportamentais, em geral, e a psicologia, em particular têm trabalhado o modo como as cores afectam, em diferentes contextos, a emoção e a razão (Mikellides, 1990; Heller, 2013).

John Hench, criador de vários parques temáticos e de atracções da Disney, e autor da epígrafe que abre este texto, reservava à cor um efeito redentor no âmbito das políticas de concepção e de ordenamento do espaço, conferindo-lhe um papel central no contexto das acções de planeamento. Sublinhava e reiterava repetidas vezes que, ao contrário das grandes cidades, nos parques temáticos existe uma harmonia de cores, enfatizando que as grandes cidades se tornaram caóticas por via desse efeito cromático. A preocupação que norteou todo o seu trabalho, e que passava por eliminar todo o tipo de contradições visuais nos parques que concebeu, baseava-se na premissa que a sensação de caos é o estado que antecede a eclosão de conflitos.

A substituição dos pigmentos tradicionais pelas cores sintéticas, no Centro Histórico de Coimbra, parcialmente reconhecido pela UNESCO como património mundial, em 2013, insere-se nesse processo de alteração da cor predominante, intensificando-o e transportando muitas das expectativas e dos problemas que a revolução cromática em curso nas cidades actuais arrasta consigo. As três questões mais relevantes que se colocam neste plano, e que nos levam a reunir contributos que possam constituir-se como respostas aproximadas e provisórias, passam por saber i) até que ponto a transformação cromática registada na zona histórica de Coimbra se constitui como uma acção de planeamento?; ii) em que medida a redefinição da cor predominante é produtora de hierarquias que fixam modos de representação e de leitura do espaço?; e iii) em que medida a substituição dos pigmentos tradicionais por cores sintéticas têm implicações construtivas que ultrapassam o domínio cromático?

2.3. De que cor é o *branco* no Centro Histórico de Coimbra?

Ao analisar descrições de autores estrangeiros sobre a arquitectura doméstica portuguesa entre meados do século XVIII e meados do século XIX, Maria Clara Paulino destaca relatos que dão conta de um traço histórico que afirma a predominância das casas caiadas e de cor clara nas cidades portuguesas (Paulino, 2011, 424). Assinala também a ausência generalizada de “residências particulares dignas de nota, facto [que é] atribuído ao frágil poder económico da classe média abastada e da aristocracia” (Paulino, 2011, 420-421), sendo esta uma característica que explica a inexistência no parque habitacional de formas insinuantes de distinção social baseadas na cor. Ainda que a cidade de Coimbra não seja especificamente focada nesta análise, o seu padrão arquitectónico não andarão longe do que acaba de ser identificado. É sobretudo a pedra, usada no rés-do-chão dos edifícios, que, funcionando como marcador da regionalidade, confere uma tonalidade local mais específica: os calcários mais brancos em Lisboa, os calcários amarelados em Coimbra, os granitos acinzentados no Porto, *etc.* Nesta linha, Providência constata que a zona histórica de Coimbra “terá passado por uma primeira fase em que as construções em pedra terão assumido um maior destaque no seu perfil, e, com o desenvolvimento da cidade, os revestimentos e acabamentos de cal dos panos de fachada dos edifícios de habitação corrente foram ao longo do tempo ganhando expressão na imagem de conjunto.” (Providência, 2014, 91).

Recuando ainda mais no tempo, se nos situarmos no final da Idade Média, onde muitas casas localizadas nas hoje chamadas zonas históricas têm a sua origem ou matriz fundadora, podemos enfatizar a importância que os marcadores de regionalidade têm nas edificações e podemos também identificar os traços dominantes dos perfis cromáticos. Sílvio Conde assinala que, além do alargamento das malhas urbanas das cidades portuguesas, motivado pela crescente concentração de pessoas e de funções nas urbes, se materializaram significativos fenómenos de densificação, sobretudo por via do alteamento das casas existentes e pela expansão da casa sobradada (Conde, 2011). Desde o final da Idade Média, as cidades foram crescendo em altura. Coimbra, num grau menor que Lisboa e Porto, surge entre os núcleos urbanos em que o alteamento das casas se torna nítido a partir do final da Idade Média. Conde rejeita a leitura antinómica que o geógrafo Orlando Ribeiro faz do edificado – quando propõe um espectro colorimétrico que separa o Portugal do Sul (a “civilização do barro”) do Portugal do Norte (a “civilização do granito”) –,

mostrando que a realidade nacional está envolta num maior nível de complexidade. O historiador lembra que a Idade Média portuguesa conheceu arquitecturas de pedra, de terra e de madeira. E, sobretudo, conheceu arquitecturas integradoras destes materiais em simultâneo (Conde, 2011, 215). Por sua vez, o ferro era, na altura, um elemento raro, tendo funções pontuais ligadas à segurança das construções e a adornos decorativos diversos (*idem*). Luísa Trindade releva e confirma, especificamente para Coimbra, várias destas tendências, assinalando a predominância das casas térreas e de dois pisos, bem como o recurso à pedra e à cal (Trindade, 2002).

Do exposto se deduz – desde logo pela simples aposição da realidade em cima descrita à configuração presente da chamada zona histórica de Coimbra – que a materialidade do edificado se foi paulatinamente transformando, quer por via da incorporação de novos materiais construtivos, quer por via da introdução de elementos decorativos. Essa transformação, promovendo um uso mais denso do espaço por intermédio do alteamento, faz sobressair duas características importantes do processo histórico da cor na zona central de Coimbra. Por um lado, ainda que vagarosamente, e sem qualquer ruptura pronunciada com o uso dos materiais tradicionais, a materialidade da zona histórica vai-se alterando. Por outro lado, exceptuando monumentos e edifícios emblemáticos, cada edifício se vai tornando num compósito de elementos de temporalidades diferenciadas que ora se sobrepõem, escondendo as anteriores, ora se juntam, sem as eliminar, às marcas prevaletentes.

Se há um efeito de cor predominante na zona histórica de Coimbra, sem dúvida, o branco é a cor que gera esse efeito. Gera-o actualmente, mas também no tempo longo da cidade. Esta conclusão pode sustentar-se, quer pela análise de gravuras históricas, quer pela tese da regionalidade da cor, quer ainda por análises detalhadas das várias camadas de revestimentos dos edifícios. O *branco* do Centro Histórico de Coimbra é historicamente feito de tons claros, sustentados no uso da pedra de Ançã, da cal e das argilas provenientes das localidades contíguas. É também um *branco* exacerbado por opções políticas tomadas, sobretudo, no segundo quartel do século xx. Mas esse *branco* visível a partir de vistas panorâmicas formadas em vários momentos da longa história da cidade, é um *branco* matizado, a fugir para os ocrez umas vezes, sobretudo por via dos monumentos locais, sendo, outras vezes, pontuado aqui e ali por pormenores cromáticos que desafiam a hegemonia do *branco*.

É sabido que a cidade de Coimbra vive até ao século xx praticamente fechada naquela que é hoje considerada a sua zona histórica. Os planos de

urbanização e de expansão da cidade, concebidos por volta de meados do século passado, são inequívocos a esse respeito. É também sobejamente conhecido que a designada zona histórica tem um cariz marcadamente dual. De um lado a Alta, com a universidade, uma população de estatuto social mais elevado e edifícios residenciais com alguma distinção. Do outro lado a Baixa, com uma estrutura social mais popular, uma base económica comercial e artesã e edifícios residenciais mais indiferenciados. Neste contexto, a complexidade cromática da Alta é mais acentuada, atendendo ao facto que o acesso à cor, sobretudo às cores não regionais, é socialmente segmentado e que a Alta se tornou a zona preferencial de fixação das elites locais. Por outro lado, os edifícios situados na colina assumem historicamente maior visibilidade, não só pela localização que ocupam, mas também pelo poder simbólico que vão desempenhando nas formas de representar a cidade. Todavia, a partir do início do século xx, a Baixa conhece um assinalável processo de modernização comercial – sendo o seu expoente simbólico o edifício Chiado, inaugurado em 1910 – (Silva, 2006), que fica marcado pela introdução de novos materiais e pela valorização da cor enquanto elemento de distinção do espaço³.

Os processos de industrialização, de especulação imobiliária, de requalificação urbana e de patrimonialização contribuem, em momentos diferentes, e cada deles de modo diferenciado, para a transformação cromática da chamada zona histórica coimbrã.

Ainda que os processos de industrialização se tenham historicamente constituído como um dos elementos de metamorfose dos padrões de regionalidade da cor, é curial lembrar que o processo de industrialização em Coimbra é incipiente e tardio (Mendes, 1985). Nessa medida, a sua influência em matéria de alteração da cor predominante é limitada. Nem por via da introdução de novos materiais baseados no desenvolvimento de novos tipos de indústrias, nem pela via da consolidação de um conjunto urbano de função industrial, que em muitas localidades se tornou uma formação urbana ampla e homogénea ao ponto de se constituir como mancha cromática distinta. Até ao século xix, a base da indústria local é artesanal e está localizada na Baixa da cidade. As próprias indústrias emergentes (alimentar, têxtil e cerâmicas)

³ Voltaremos a abordar o processo de modernização comercial na cidade, na medida em que, no século xx, o mesmo se torna um factor marcante da presença da cor nos edifícios da Baixa.

não fomentam uma transformação assinalável da cor predominante. Não estamos, pois, perante uma situação em que uma transformação vertiginosa ou amplexiva tenha revolucionado o domínio dos materiais construtivos ou o uso de pigmentos.

A cidade que tinha vivido fechada na Baixa e na Alta durante séculos, começa, a partir de meados do século xx, um nítido processo de expansão urbana. Esse processo traz-nos ao presente com a malha urbana de Coimbra substancialmente alargada por referência à situação de meados do século passado. A margem esquerda do rio Mondego, escassamente povoada na altura, chega ao presente albergando cerca de metade da população da cidade. Este processo ocorre no quadro de uma forte especulação imobiliária, particularmente visível nas duas últimas décadas do século xx, que tem, indirectamente, efeitos na chamada zona histórica da cidade. Por um lado, o processo causa um esvaziamento progressivo da função residencial da Alta e da Baixa (Fortuna, 2004; Fortuna, 2006). Por outro lado, a base comercial da Baixa vai sendo diluída e desqualificada com o aparecimento de novas superfícies comerciais urbanas (Peixoto, 1994). Como consequência, a manutenção regular dos edifícios da chamada zona histórica, e muito em particular das fachadas, torna-se mais uma excepção que uma regra, confirmando a tendência para que o contraste entre o espaço do vivido e o espaço do não vivido assuma uma inusitada visibilidade nas edificações. O espaço do não vivido, materializado, sobretudo, nos edifícios e fracções devolutas, vai ganhando terreno, favorecendo a expansão de zonas cinzentas. Inequivocamente, a Baixa e a Alta vão perdendo, progressivamente, a densidade sociológica que as tinha caracterizado durante séculos, assumindo dimensões de espaços não vividos, e esse desvanecimento repercute-se através do empalidecimento da paisagem construída.

É com os processos de requalificação urbana e de patrimonialização, que em rigor analítico devem ser distinguidos, embora se interliguem, que a zona histórica da cidade entra numa nova dimensão, designadamente no plano cromático. O processo de requalificação urbana tem dois momentos marcantes. Um primeiro momento protagonizado pela intervenção do Estado Novo na Alta, visando, entre outros objectivos, a constituição de uma nova centralidade. E um segundo momento, mais visível na Baixa da cidade, na última década do século xx e na transição de séculos, por via da aplicação de políticas públicas destinadas a promover práticas de requalificação do espaço público, de reabilitação de edifícios e de revitalização de funções.

O primeiro momento que acabamos de referir destaca-se pela introdução de edifícios de maior volumetria e de maior superfície colorimétrica homogênea, que torna esses edifícios insinuantes na paisagem. Tão mais insinuantes quanto, além disso e das funções centrais que albergam, se localizam no topo da colina, sendo incontornáveis ao olhar a partir do rio e às representações pictóricas ou fotográficas da zona mais nobre da cidade. Acresce que essa intervenção do Estado Novo se concretiza através de guarnecimentos que visam simular a textura da pedra (Aguiar, 2008), acentuando e exacerbando, a uma outra escala, traços históricos e a cor predominante do edificado da cidade. Os edifícios residenciais vêem também, por influência da disseminação do conhecido estilo “português suave” e do programa ideológico do Estado Novo, acentuar o branco e as cores claras nas fachadas, adornadas pela utilização de pedra nas molduras do vão.

O segundo momento desenvolve-se, ao longo de 20 anos, a partir de finais da década de 80 do século xx. Destaca-se pela aplicação de programas de reabilitação de edifícios, designadamente o Recria e o Rehabita, que em Coimbra tiveram, contudo, incidências meramente simbólicas. Mas evidencia-se, sobretudo, através dos programas de requalificação do espaço público (em concreto o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas – PRAUD, assim como o Programa POLIS) e, muito particularmente, através dos programas de urbanismo comercial (o Procom e o Urbcom). A conclusão do dique urbano – a Ponte do Açude, em 1981 – marca simbolicamente o início desse período, fixando o actual espelho de água que banha a cidade e onde se reflectem as colinas, hoje construídas em ambas as margens, mudando estruturalmente a imagem referencial de Coimbra e da sua zona histórica (Cardielos, 2016, 106-107). Visando especificamente a melhoria da imagem visual da cidade, ao contrário do programa Rehabita, que também transportou consigo esse desígnio, o Programa PRAUD teve incidências marcantes, até porque o município de Coimbra foi o mais financiado no plano nacional na vertente PRAUD-Obras. Tendo contribuído para a reabilitação de edifícios com significado histórico, foi reorientado para intervenções nas ruas comerciais da Baixa da cidade e complementou os programas de urbanismo comercial que acabariam por ser aqueles que maior impacto tiveram na transformação cromática dessa zona da cidade. Apostando na melhoria da imagem e da estética dos estabelecimentos, os dois programas de urbanismo comercial dirigidos à Baixa de Coimbra (1995 e 1999) concretizaram-se, entre outras

intervenções, por uma exacerbação da cor no centro histórico da cidade. Todavia, o programa de urbanismo comercial posteriormente (2006) aplicado na Alta, e dirigido a 4 dezenas de estabelecimentos, não teve efeitos práticos marcantes. Um dos efeitos relevantes da intervenção modernizadora promovida por estes programas de urbanismo comercial traduz-se pelos efeitos visuais dissonantes e contraditórios que acabou por gerar, já que as intervenções, fosse uma mera pintura ou o uso de materiais construtivos, se limitaram, frequentemente, apenas às partes e fachadas dos edifícios que eram ocupadas pela função comercial, num contexto onde a maioria dos edifícios tem funções mistas.

Por fim, o processo de patrimonialização tem, também ele, especificamente, uma incidência particular na transformação cromática da chamada zona histórica de Coimbra e pauta-se pelo uso desmesurado de uma variedade de cores resultante da aplicação de tintas modernas. A cidade maninha, desde os anos 80, um processo de patrimonialização visando o seu reconhecimento como património mundial (Peixoto 2006). Embora esse processo se tenha alterado radicalmente, assim como os papéis dos protagonistas (*idem*), a ambição de aquisição do referido estatuto patrimonial, alcançado em 2013 com o reconhecimento da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nunca deixou de estar presente, nem deixou de nortear as intervenções urbanas. Ações como o “Coimbra com mais encanto” – que faculta gratuitamente tinta ou cal para pinturas de imóveis, isentando os proprietários de taxas e licenças, com a obrigação de embutir as infraestruturas aéreas nas fachadas – constituem exemplos de uma acção prolongada com ligação, ainda que indirecta, ao processo de patrimonialização. Essa acção municipal, aprovada em 2002, concretizou, em média, cerca de 20 intervenções anuais em edifícios. Não sendo um número despidendo, dada a sua concentração na zona histórica, é de relevar que no pós reconhecimento pela Unesco, já no final de Setembro de 2014, a Assembleia Municipal de Coimbra aprovou, por proposta da Câmara Municipal, um novo regulamento para o “Coimbra com mais encanto”, procurando relançar o programa e reforçando a posição do “centro histórico” como zona prioritária. Essa opção, como se pode constatar no regulamento do programa, funda-se na preocupação “com o impacto visual infligido pela degradação das fachadas sobre a estética urbanística e as repercussões negativas” nos domínios “da atracção de populações para os centros urbanos antigos e da projecção turística da cidade”.

2.4. A propagação recente da cor na zona histórica de Coimbra?

A análise da substituição dos pigmentos tradicionais por cores sintéticas no centro histórico de Coimbra, que passamos a contextualizar e a caracterizar, resultou do projecto de investigação, financiado pela FCT, do qual resulta esta obra, e vem na sequência de projectos de pesquisa anteriores em que participaram elementos da equipa que desenvolveu o estudo mais recente (Providência, 2009; Peixoto, 2011; Providência, 2014).

Os resultados que se apresentam neste texto circunscrevem-se à zona urbana antiga designada por “Alta”, inserida no perímetro reconhecido pela Unesco como património mundial, e provêm da combinação de várias metodologias. Procedeu-se a levantamentos colorimétricos por simples controlo visual em dois momentos distintos, o que permitiu aferir a evolução da cor predominante da área estudada. O primeiro levantamento foi concluído em 2009 e o segundo em 2013. Apesar de os levantamentos estarem separados por pouco mais que 4 anos, deve notar-se que esse foi um período de intensa transformação da zona estudada, uma vez que estava em curso um ambicioso processo de patrimonialização.

Os levantamentos colorimétricos têm uma natureza visual, tendo sido concretizados através de aposição, no local, de paletes cromáticas aos elementos da fachada dos edifícios e seleccionada a tonalidade mais próxima.⁴ Foram elaborados mapas de cor para diferentes momentos históricos. A partir daí procedeu-se a uma análise comparativa da evolução dos padrões cromáticos. Esta técnica afigura-se suficiente para discutir a alteração de cores à luz da teoria da cor predominante e, sobretudo, para expor a nossa tese que defende que, em Coimbra, a cor foi assumida recentemente como uma das bandeiras políticas de um projeto mais amplo de reabilitação e de requalificação urbanas

Adicionalmente à técnica em cima identificada, foi igualmente efectuado um levantamento fotográfico, por edifício e por rua, da zona estudada. Este levantamento foi detalhado numa “ficha de edifício” que procede à caracterização individual de cada um dos 510 alçados que existem na área

⁴ No projecto em que este texto se insere, e para cumprimento de outros objectivos que não os inerentes a este texto, foram feitos estudos mais detalhados de cor, efectuados através de espectrómetro, que permitem determinar as cores exactas presentes nos edifícios, bem como datar as diferentes camadas de cor e relevar o carácter palimpséstico dos edifícios.

TABELA 2.1: Tipologia e usos dos edifícios

Tipologia dos edifícios	N	%	% Válida
Exclusivamente residencial	209	50,1	59,2
Principalmente residencial	70	16,8	19,8
Residencial e não residencial em igual proporção	25	6,0	7,1
Principalmente não residencial	10	2,4	2,8
Exclusivamente não residencial	23	5,5	6,5
Tipologia desconhecida	16	3,8	4,5
Sub-total	353	84,7	100
Edifício com funções e usos desconhecidos	2	0,5	
Edifício totalmente devoluto	62	14,9	
Sub-total	64	15,3	
Total	417	100	

Fonte: (Fortuna, 2006).

detalhadamente estudada. Estes levantamentos permitiram identificar as anomalias dos revestimentos da fachada, tendo essas anomalias sido tipificadas como: alteração de cor, fissuração, empolamento, destacamento, eflorescências e sujidade.

Ao mesmo tempo, foi feita uma recolha ao longo do curso do rio Mondego⁵ de areias depositadas no leito do rio, tendo sido concretizada uma exposição e um colóquio onde foi debatida a relação entre os materiais locais e os sistemas construtivos locais, para discutir o impacto da crescente introdução de materiais sintéticos nos sistemas construtivos tradicionais.

Numa área de aproximadamente 105 mil m², implantam-se, actualmente, 417 edifícios, com 510 alçados. O estudo que concluímos em 2006 (Fortuna, 2006) mostra que 62 edifícios estavam devolutos e que os edifícios em uso são, em grande maioria, utilizados para fins residenciais: 209 são exclusivamente residenciais e em 70 predomina também este tipo de ocupação, representando no seu conjunto 79% do total de edifícios em uso. Por outro lado, 23 edifícios são ocupados exclusivamente por funções não residenciais e 10 principalmente por estas funções, representando 9.3% do total

⁵ O rio Mondego percorre 258 Kms. O centro histórico de Coimbra situa-se na sua margem direita, a 40 Kms de distância da foz do rio.

TABELA 2.2: Tipologia das fracções autónomas

Tipologia das fracções autónomas	N
Residencial em uso	633
Residencial devoluta	172
Residencial com ocupante temporariamente ausente	42
Fracções com recusa de aplicação de inquérito	40
Inviável aplicar inquérito	86
Residencial com uso desconhecido	22
Total de fracções destinadas a uso residencial	995
Não residencial em uso	120
Apoio a uma actividade económica principal	31
Não residencial devoluta	29
Total de fracções destinadas a uso não residencial	180
Alojamento colectivo de convivência ou instituição social ou educativa	24
Função e uso desconhecidos	4
Total	1203

dos edifícios em uso. Entre estas duas situações predominantes, existem 25 (7.4%) edifícios que combinam a ocupação residencial e não residencial em iguais proporções.⁶

Ainda assim, mesmo sem conhecer a tipologia de todos os edifícios, verifica-se uma tendência para que a organização espacial da Alta passe mais por funções residenciais do que por utilizações não residenciais dos seus edifícios.

O número de fracções autónomas que constituem os edifícios varia entre um mínimo de 1 e um máximo de 24. Cerca de $\frac{3}{4}$ dos edifícios são constituídos por 4 ou menos fracções autónomas. Exceptuando os 62 edifícios devolutos e os 2 com funções e usos desconhecidos, pela impossibilidade de identificar o número de fracções que os constituem, aos restantes 353 corresponde um total de 1203 fracções autónomas. Destas 1203 fracções

⁶ Quanto aos restantes 16 edifícios, que representam 4.5% do total de edifícios em uso, não foi possível conhecer as utilizações de todas as suas fracções autónomas, sendo, assim, desconhecida a sua tipologia.

identificadas, a grande maioria, 995 (82.7%) é, como seria de esperar pela tipologia dos edifícios, ocupada por funções residenciais. Apenas 180 (15%) fracções são ocupadas por funções não residenciais. Das restantes 24, 18 (1.5%) são usadas como alojamentos colectivos de convivência e 6 (0.5%) como instituições sociais ou educativas. Por último, não foi possível perceber quais as funções ou usos de 4 (0.3%) fracções autónomas.

É importante, ainda, sublinhar a percentagem de fracções autónomas devolutas na Alta, sobretudo pelo impacto visual que esse fenómeno é passível de gerar. Do conjunto das 1203 fracções identificadas, 201 estão devolutas, sendo 172 destinadas a usos residenciais e 29 a ocupações não residenciais. Somadas, perfazem um total de 16.7% de fracções devolutas no conjunto de todas as fracções autónomas identificadas.

Procedendo ao cálculo da taxa de ocupação das fracções, percebemos que não existem diferenças significativas dependentes dos seus usos. A taxa de ocupação das fracções residenciais é de 82.7% enquanto a das fracções destinadas a usos residenciais é ligeiramente superior, 83.8%. O abandono destas fracções dá-se, então, em todos os sectores, e não especificamente no habitacional, por um lado, ou nas actividades económicas, por outro.

A Alta dispõe de 180 fracções destinadas a utilização não residencial. Destas, 151 (83.8%) encontram-se em uso e as restantes 29 (16.2%) estão vagas. Entre as fracções em uso, note-se que cerca de 20% (31 fracções) são utilizadas como apoio à actividade económica principal exercida noutra fracção (é o caso, por exemplo, de armazéns ou escritórios). Destinadas a utilizações residenciais registam-se 995 fracções autónomas.

No levantamento realizado noutra estudo, concluído em 2009, identificaram-se 107 edifícios (cerca de $\frac{1}{4}$ dos 417) que conservavam os revestimentos antigos de cal, dos quais existem registos colorimétricos de 124 alçados. Em diversos alçados foi possível identificar vários extractos de acabamentos, pelo que os resultados correspondem a diferentes períodos de tempo, ou seja a diferentes camadas de tintas num mesmo alçado. Na Carta de Cor resultante destes dados (Figura 2.1, imagem à esquerda), as cores registadas são, em valores aproximados: 80% branco, 10% ocres amarelos, 5% ocres vermelhos e os restantes cremes, azuis e cinzentos (Providência, 2009).

Nos levantamentos colorimétricos realizados em 2013, regista-se uma alteração da cor predominante do centro histórico da cidade. Num total de 168 alçados, correspondentes a 168 edifícios, os levantamentos colorimétricos permitem constatar que cerca de metade dos alçados são de cor

branca (embora um branco “mais artificial” dado pelas tintas recentes e não o branco das tintas de cal), sendo a outra metade constituída por uma gama de cores variadas. Tratando-se da mesma amostra, ligeiramente alargada do primeiro momento de observação para o segundo, é notória a substituição da cor branca por outras cores. É igualmente notória a implosão de uma miríade de cores.

A coloração fortemente unitária ainda patente na epiderme dos edifícios do centro histórico de Coimbra, em 2009, tem a sua história. É possível verificar – por confrontação com as representações da cidade, efectuadas por diversos pintores, num período que vai desde 1865 até aos nossos dias – que a diversidade de cores que anteriormente a cidade apresentava foi progressivamente substituída pela homogénea cor branca, designadamente a partir de meados do século xx. Esta transformação resulta de uma opção política e ideológica transportada pela ditadura portuguesa. Onde antes existiam, sobretudo, ocres fortes, azuis suaves, amarelos e alguns vermelhos, passou a existir o branco (Providência, 2009). A variedade cromática anterior à operação de higienização promovida pela ditadura é igualmente confirmada pela análise das diferentes camadas de cor através do espectrómetro.

Confrontando outros estudos desenvolvidos no Centro Histórico de Coimbra em 2002 (Providência, 2009) com a realidade actual, constata-se que a substituição nos edifícios de pigmentos tradicionais por pigmentos modernos (verde água, laranja, azul bebé, vermelhão, amarelo canário, violeta, etc.) intensificou-se nas primeiras décadas do século XXI (Figura 2.2). É relevante assinalar que essas intervenções não resultam de vontades individuais dos proprietários, derivando, predominantemente, de vários programas de apoio à reabilitação da cidade histórica, designadamente o mencionado programa “Coimbra com mais encanto”. Este programa, que seguiu modelos globalizados de intervenção cromática é, directa ou indirectamente, responsável pela alteração da cor predominante no centro histórico de Coimbra.

A análise permite salientar que o século xx e o início do século XXI da zona mais antiga da cidade ficam marcados, embora com enquadramentos ideológicos muito distintos, pelo fenómeno da “cor como bandeira política”. É curial relevar a proliferação de cores que surgiram no Centro Histórico de Coimbra, a partir do início do século XXI – como que em reacção à homogeneidade do branco enquanto cor predominante do centro histórico, desde o século xx. O recurso à cor, neste contexto, não pode deixar de ser encarado como uma tentativa de combater simbolicamente, com essa ‘cacofonia’

cromática, uma imagem de afinamento que essa zona encerra. Não sendo despidendo assinalar a relevância que assumiu nesse processo a intenção de ver a cidade reconhecida pela Unesco como património mundial. Ou seja, à cor foi reservado um poder de revitalização, pelo menos visual, que outras dinâmicas (rejuvenescimento demográfico, atracção de novas actividades económicas, operações generalizadas e profundas de reabilitação dos edifícios residenciais, etc), por se manifestarem de forma muito ténue, não foram capazes de fazer emergir.

O estudo permitiu revelar que a cidade antiga, para além do branco hegemónico, tinha outras cores que, até à data do estudo, se encontravam, parcialmente, ocultas pelos revestimentos que lhes foram aplicados *a posteriori*. Contudo, o estudo revelou, também, que a cor predominante dos revestimentos do pano de fachada era branca. E que, a criar ritmos no conjunto do edificado, surgiam, pontualmente, outras cores, para além do contraste claro/escuro que resultava da proximidade da cor da pedra dos elementos arquitectónicos à cor branca do pano da fachada. Em grande parte, estes elementos também se encontravam ocultos pelas caições que lhes foram aplicadas subsequentemente.

Nas representações detalhadas da cidade, do princípio do século xx, antes da intervenção higienista promovida pelo Estado Novo, verifica-se que o branco é praticamente inexistente nos edifícios e que os ocres, amarelos ou vermelhos assumem diferentes tonalidades, excepto nas representações que mostram forte incidência dos raios solares sobre a cidade, e que, assim, por esse efeito luminoso, se aproxima da leitura óptica do branco. Percorrendo o interior do centro histórico, rua a rua, e recorrendo à iconografia verifica-se que a análise feita a partir de um ponto fixo exterior se reflecte no interior. É possível identificar pormenores representativos das especificidades desta arquitectura nos seus diversos elementos, que, tal como a cor, também têm vindo a desaparecer, nomeadamente, os grafitos e esgrafitos, os socos e os cunhais afirmados com cores diferentes das do pano, e as guarnições dos vãos em pedra policromada.

Este fenómeno não pode ser desligado da perda gradual de importância – ainda que mais do ponto de vista funcional que no plano simbólico – que esta parte da cidade conheceu. A partir da segunda metade do século xx, ao mesmo tempo que a ditadura arrasava parte dos bairros históricos para fazer emergir uma arquitectura imponente de pedra branca e que expandia o branco nas fachadas mudando a cor predominante, a cidade assistia ao

alargamento da sua malha urbana e a formas mais expressivas de segregação social e espacial. As elites, que antes residiam na Alta, começam a demandar novos espaços. À medida que esse fenómeno progride, os símbolos de uma distinção social que tinha de ser materializada e tornada hipervisível num espaço muito denso, sendo perceptíveis na cor e nos ornamentos das casas, vão-se apagando de diversas formas. Pelo que, além da ideologia política, há também uma dinâmica social que facilita a transformação radical da cor predominante no Centro Histórico de Coimbra na segunda metade do século xx.

Ao aprofundar-se a análise sobre a situação anterior às operações higienistas levadas a cabo no século xx, constata-se que nas fachadas dos edifícios existe uma harmonia na definição das cores dos elementos arquitectónicos, que é conferida pela utilização dos mesmos pigmentos em tonalidades diferentes. Ou seja, se o pano de fachada era assumido na cor rosa, a porta, os aros das janelas e as serralharias eram na cor vermelho sangue de boi, e, em alguns casos, o soco e as molduras dos vãos assumiam uma cor ligeiramente mais intensa do que a aplicada no pano de fachada. O mesmo foi identificado em edifícios com o pano de fachada pintado na cor ocre amarelo, sendo que nestes casos a porta, os aros das janelas e as serralharias eram pintados de castanho. Nos edifícios em que o pano de fachada era pintado na cor branco, a porta, os aros das janelas e as serralharias eram pintados de verde ou castanho. De um modo geral, o caixilho da janela (folhas) era pintado de branco “sujo”.

No que respeita aos elementos arquitectónicos alusivos à estrutura do edifício, nomeadamente soco, pilastras, molduras dos vãos e beirados, entre outros, eram executados em pedra ou, na maior parte das vezes, em argamassa de cal a imitar a pedra. Foram identificados alguns casos em que o soco era pintado num cinza escuro, proveniente da calcinação de madeiras brancas, como medida preventiva em relação à sujidade a que esta zona dos edifícios está mais sujeita.

Dos revestimentos finais tradicionais, as argamassas e as pinturas de cal são os predominantes, sendo que ainda existem alguns casos de fingidos de cal, seguindo-se, numa pequena percentagem, os revestimentos azulejares.

No que respeita à cor dos revestimentos e acabamentos antigos, de cal (pinturas e barramentos), constata-se que, além da cor branca, estão em maior número as cores cujos pigmentos são oriundos dos óxidos de ferro das terras-naturais da região, como é o caso dos ocre amarelos e vermelhos

(hematites), seguindo-se, em menor número, as tonalidades das cores correspondentes a pigmentos mais caros e menos acessíveis, produzidos com recurso a técnicas mais sofisticadas. Estes que surgem num período mais tardio, e correspondem aos azuis e verdes, sendo que os últimos são, de todas as cores, os que apresentam um menor número de casos identificados.

Relativamente à cor das pinturas em tinta de óleo, à semelhança, e pelos mesmos motivos, do constatado para os revestimentos e acabamentos de cal, as tonalidades das cores prevaletentes são os castanhos e vermelhos escuros (sangue-de-boi), seguidas dos verdes (verde loureiro e verde oliveira), encontrando-se estas 3 cores, sobretudo, nas portas e aros das caixilharias em harmonia com as serralharias, e o branco “sujo” nas folhas das caixilharias. Importa referir, ainda, a forte presença dos tons creme das cantarias do casario e da elevada concentração de monumentos no Centro Histórico.

Constatou-se que o Centro Histórico de Coimbra, apesar das demolições a que foi sujeito em vários períodos, não só pela mão do Estado Novo no segundo e no terceiro quartel do século xx, mas também já no século xxi, conservou uma parte significativa da malha urbana medieval, mas sofreu uma descaracterização da imagem dada pelos edifícios, designadamente em termos da imagem que resulta da observação dos revestimentos, sejam eles de natureza decorativa ou construtiva.

A progressiva substituição dos pigmentos tradicionais pelas cores sintéticas tem vindo a alterar, no século xxi, a cor predominante, transformando o branco hegemónico num cenário multicolorido. Poder-se-ia dizer que é um processo inverso ao que ocorreu no século xx, quando a cor branca tomou o lugar da diversidade de cores existentes no centro histórico. Há todavia duas variações importantes neste novo contexto. A exacerbação da cor não só multiplica a diversidade de cores presentes como não consagra princípios de harmonia entre os elementos arquitectónicos, que antes das intervenções no século xx estava garantida pela utilização dos mesmos pigmentos em tonalidades diferentes. Acresce que o uso de tintas sintéticas em materiais tradicionais, a média prazo, contribui para danificar a paisagem, uma vez que as tintas sintéticas não estão adequadas a esses materiais, agravando as patologias dos edifícios e ameaçando a sustentabilidade da paisagem urbana do Centro Histórico de Coimbra.

A investigação revela que a zona antiga de Coimbra se tem vindo a constituir como uma espécie de hipercentro da cidade. Verdadeiro receptáculo de investidas distintas, do campo político ao técnico, passando pelo associativo

e pelo empresarial, esse espaço, que muitos, através das políticas de reabilitação urbana, pretendem tornar a mais falada, a mais estudada, a mais animada e, definitivamente, a mais colorida das configurações urbanas, parece constituir-se como o novo luzeiro da cidade em busca de uma certa centralidade cultural e de reforço do seu valor patrimonial e turístico. Isso permite que a cidade veja a sua centralidade reforçada no plano mediático e propagandístico. Mais do que um centro, que, em rigor, já não é, por ganhar uma visibilidade superior àquela que tem no desenrolar da vida quotidiana da cidade, o Centro Histórico é, no contexto do investimento plástico que nele é feito, um hipercentro da cidade, na medida em que, virtualmente, se constitui como um ponto de convergência de intervenções urbanas diversas, animadas sobretudo pelo efeito cromático, destinadas a um certo mediatismo.

2.5. Considerações finais

A cor tem funções construtivas e protectoras. Mas tem, sobretudo, funções simbólicas e culturais. Os planos cromáticos são instrumentos de planeamento cada vez mais importantes, sendo a cor um recurso fundamental de transformação do espaço e das relações com o espaço, quer ela mude ou não as dimensões espaciais (Bekkouche, 2001).

A cor não é um mero elemento de decoração das cidades, mas sim uma componente activa da produção da sua urbanidade (Noury, 2008). É um elemento incontornável na produção e na dinâmica das formas urbanas. Neste contexto, a questão da cor está envolta em ideologias. No mundo do consumo, por exemplo, a diversidade de cores é a porta mais franca da promoção da ideologia da liberdade de escolha. Nessa sua dimensão de fachada, a cor é uma linguagem de múltiplos sentidos nem sempre facilmente apreensíveis.

A evolução da zona histórica de Coimbra exemplifica o valor social da cor e a sua conversão em linguagem complexa e heterogénea. O recurso a metodologias diversas permite constatar que a alteração da cor predominante é um fenómeno cíclico que revela o carácter ideológico da cor. A cidade e o seu Centro Histórico abraçaram modelos globalizados de intervenção cromática que prejudicam a sua sustentabilidade e sobre os quais convém reflectir de forma crítica.

2.6. Referências

Addison, Joseph, 1721, *The Works of the Right Honourable Joseph Addison [The Spectator, nº 416, 27 de junho]*. Vol. 3. Londres: Jacob Tonson.

- Aguiar, José, 2003, *Cor e Cidade histórica, Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Grupo Edições FAUP.
- Aguiar, José, 2008, *Colégio dos Jesuítas: breves considerações de caracterização dos revestimentos existentes, estado de conservação e dois cenários para o seu Restauro*. Relatório Final do Projeto “Bases para o restauro dos revestimentos históricos do centro histórico de Coimbra”. Financiado pela FCT e coordenado por Raimundo Mendes da Silva, Coimbra: Instituto Pedro Nunes (Policopiado).
- Bekkouche, Ammara, 2015, “Couleur”. L’architecture d’aujourd’hui.” *Insaniyat / 334*, 2001. Accessed junho 21. <http://insaniyat.revues.org/7882>.
- Boeri, Cristina, 2010, “A perceptual approach to the urban colour reading.” In *Colour & Light in Architecture*, by P. Zennaro (Ed.), 459-463. Verona: Knesesi. 978-88-96370-04-9.
- Campbell, James, 2004, *L’art et l’Histoire de la Brique: bâtiments privés et publics du monde entier*. Paris: Citadelles e Mazenod.
- Cardielos, João Paulo; Lobo, Rui; Peixoto, Paulo; Mota, Eduardo; Duxbury, Nancy; Caiado, Pedro, 2016, “Mondego – O surdo mumúrio do rio.” In *A água como património – Experiências de requalificação das cidades com água e das paisagens fluviais*, by Paulo Peixoto and João Paulo Cardielos, 95-112. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Conde, Sílvio, 2011, *Construir, Habitar: a casa medieval*. Braga: CITCEM.
- Condemine, Elisabeth, 2006, *Les nouvelles couleurs des villes françaises*. Janeiro. http://ppliolite.activsoft.com/NET/document/lactualite/historique_janvier_2006/le_dossier_du_mois_avril_2006/index.htm.
- Desmier, Annick; Bresler, Henri; Le Dantec, Jean-Pierre; Jantzen, Eric, 2002, *Paris, la couleur de la ville*. Paris: Editions de la Villette.
- Ferreira, Ana Gomes, 2012, “Governadora de Calcutá quer a cidade toda pintada de azul.” *Público, edição online*, fevereiro 17. <http://www.publico.pt/mundo/noticia/governadora-de-calcuta-quer-a-cidade-toda-pintada-de-azul-1534263>
- Fortuna, Carlos; Abreu, Paula; Ferreira, Claudino; Gomes, Carina Sousa; Matias, Sílvia; Peixoto, Paulo, 2004, *Caracterização da Baixa de Coimbra*. Relatório para a Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Fortuna, Carlos; Abreu, Paula; Ferreira, Claudino; Gomes, Carina Sousa; Peixoto, Paulo, 2006, *Caracterização sociodemográfica da Alta de Coimbra*. Relatório para o Gabinete Técnico Local da Alta / Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Gage, John, 1999, *Color and Meaning. Art, Science and Symbolism*. Berkeley: University of California Press.

- Heller, Eva, 2013, *A psicologia das cores – Como as cores afetam a emoção e a razão*. São Paulo: Editora Garamond.
- Lenclos, Jean Philippe; Lenclos, Dominique; Rivière, Georges Henri, 1982, *Couleurs de la France: géographie de la couleur*. Paris: Le Moniteur.
- Lenclos, Jean-Philippe, 1989, *The Geography of Colour*. Tóquio: San’ei Shobo Publishing Company.
- Lenclos, Jean Philippe; Lenclos, Dominique; Barre, François, 1999, *Couleurs du monde: géographie de la couleur*. Paris: Le Moniteur.
- Mendes, José Amado, 1985, *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*. Coimbra: Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Mikellides, Byron, 1990, “Color and physiological arousal.” *The Journal of Architectural and Planning Research* 7 (1): 13-20.
- Noury, Larissa, 2008, *La couleur dans la ville*. Paris: Moniteur.
- Paulino, Maria Clara, 2011, “Uma casa portuguesa. Olhares estrangeiros sobre a arquitectura doméstica em Portugal entre 1750-1850.” In *Família, Espaço e Património*, by Carlota Santos (Coord.), 419-431. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Peixoto, Paulo, 1994, *O Despertar do Deslumbramento — Análise das Transformações recentes na Malha Comercial de Coimbra*. Relatório de conclusão da Licenciatura em Sociologia, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Peixoto, Paulo, 2006, *O passado ainda não começou. Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português*. Coimbra: Tese de doutoramento em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Peixoto, Paulo; Providência, Pedro; Aguiar, José, 2011, “A cor como linguagem: reflexões sociológicas sobre as dinâmicas cromáticas nos revestimentos e acabamentos históricos de Coimbra.” *“Património em Construção” – contextos para a sua preservação*. Lisboa: LNEC. 247-254.
- Perrot, Antoine, 2010, “Tirana, la ville couleur.” *Vacarme*, 23 de junho: 30-31. doi:10.3917/vaca.052.0030.
- Pinheiro, Cristina, 2008, “As Cores da Cor.” *Artecapital*. Lisboa: Victor Pinto da Fonseca, março. http://www.artecapital.net/arq_des-27-as-cores-da-cor.
- Providência, Pedro, 2009, *A Epiderme do Centro Histórico de Coimbra – Estudos Cromáticos e Contributos para a sua Conservação*. Évora: Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora.
- Providência, Pedro, 2014, *Bases para um Plano de Acção da Salvaguarda dos Revestimentos e Acabamentos Tradicionais em Centros Históricos. O caso de estudo do Plano*

de Cor do Centro Histórico de Coimbra. Tese de Doutoramento em Arquitectura (Pré-Bolonha), especialidade de Arquitectura e Construção, Coimbra: Universidade de Coimbra.

Riley II, Charles A, 1995, *Color Codes. Modern Theories of Color in Philosophy, Painting and Architecture, Literature, Music and Psychology*. Londres: University Press of New England.

Silva, Raquel Henriques da, 2006, “O museu do Edifício Chiado. Coleção Maria Emília e José Carlos Telo de Morais.” *Monumentos* (26): 160-163.

Trindade, Luisa, 2002, *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

Xiaomin, Dong; Kong Yilin, 2009, *Urban Colourscape Planning – A Colour Study of the Architecture of Karlskrona*. Karlskrona: Dissertação no âmbito do Master’s degree of European Spatial Planning and Regional Development. Blekinge Institute of Technology.